

Tema: Sector Vitivinícola			Área: 23140 mm2		Âmbito: Nacional	
Título: Lida hoje sentença de megafraude no vinho					Temática: Generalista GRP: 11.5	
2007/07/04	JORNAL DE NOTÍCIAS - PRINCIPAL	Pág.17	Imagem: 1/1		Periodicidade: Diária Inv.: 2250.00	

Douro

Lida hoje sentença de megafraude no vinho

Almeida Cardoso

Às nove horas e trinta minutos de hoje deverá ser conhecido o acórdão do Tribunal de Peso da Régua, sobre o caso "Douro Negro". A leitura será proferida por um colectivo de juizes, no Pavilhão do Complexo Desportivo dos Remédios, em Lamego, local escolhido pela exiguidade das instalações do Tribunal de Peso da Régua para receber os

112 arguidos do processo, que depois passou para uma centena. Destes, 63 são individuais sendo os restantes empresários.

Para este espaço a PSP de Lamego montou um esquema de segurança apertado que será mantido durante a sessão. Todos os caminhos que vão dar a este local, nos Remédios, estão sob vigilância. Aliás esta disposição foi a verificada no dia do início do julgamento, que ocorreu em 10 de Janeiro de 2006.

Em causa está a falsificação de vinho do Porto, fraude fiscal,

contrafacção de selos do IVDP e uma panóplia de outros crimes, onde se inclui associação criminosa, falsificação de documentos e atentado contra a genuidade, qualidade ou composição de géneros alimentícios.

Calcula-se que fossem desviados dos cofres do Estado cerca de 3, 5 milhões de euros.

Este julgamento contou com uma juíza em exclusividade e teve 85 sessões. No banco dos réus estão alguns dos maiores armazénistas da região do Douro e

empresários ligados à produção e engarrafamento de vinhos e de outros sectores ligados ao vinho, bem como à hotelaria.

Manuel Pedro Marta, administrador de empresas e produtor-engarrafador, é o principal arguido do processo. É acusado de ser o "cérebro" de um plano que passava pela falsificação de selos do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP), recebendo a conivência de vários empresários fornecedores de rolhas, garrafas, rótulos, selos e embalagens, e de transitários.

O caso remonta a Novembro de 2002 e resultou de uma investigação da Brigada da Guarda Fiscal. O julgamento teve a participação de 72 advogados e 201 testemunhas de acusação.

De referir que Manuel Pedro Marta já cumpriu três anos de prisão preventiva. No Estabelecimento Prisional de Lisboa, ainda foi acusado de criar uma destilaria dentro da própria cadeia. Ou seja, através de um alambique artesanal, conseguiu obter aguardente após destilar cascas de maçã e côdeas de pão. ◀